



Curso de capacitação
para representantes
da sociedade civil nos
Conselhos gestores
de políticas públicas

CapacitAção

ACADÊMICA:
Sidiane dos Santos

ORIENTADOR:
Prof. Dr. Leonel Piovezana

1 IDENTIFICAÇÃO

1.1 Título do Projeto:

Capacitação: Curso de capacitação para representantes da sociedade civil nos Conselhos gestores de políticas públicas.

1.2 Período do projeto:

Abril a setembro de 2019

1.3 Entidade proponente: Universidade Comunitária da Região de Chapecó – UNOCHAPECÓ

CNPJ: 82.804.642/0001-08 (FUNDESTE)

Credenciada pelo Decreto Estadual n. 5.571, de 27 de agosto de 2002, publicado no Diário Oficial de Santa Catarina em 28/08/2002.

Recredenciada pelo Decreto Estadual n. 659, de 25 de setembro de 2007, publicado no Diário Oficial de Santa Catarina em 25/09/2007.

Portaria n. 629, de 30/10/2014, qualifica a Unochapecó como Instituição Comunitária de Educação Superior (ICES).

Endereço: Campus de Chapecó – Servidão Anjo da Guarda, nº 295-D / Bairro Efapi.

CEP: 89809-900. Chapecó/SC.

Mantenedora: Fundação Universitária do Desenvolvimento do Oeste – FUNDESTE
Área de Ciências Humanas e Jurídicas.

1.4 Coordenação do Projeto

Nome: Sidiane dos Santos

Função: Responsável pela Coordenação do Projeto

Fone: 49 9 8844-0067

E-mail: sidiane.santos@unochapeco.edu.br

2 APRESENTAÇÃO

Esta proposta visa capacitar pessoas que representam a sociedade civil nos espaços de controle social, especialmente nos conselhos gestores de políticas públicas do município de São Lourenço do Oeste – SC. Propõe-se a realização de um curso de capacitação que possa fomentar a importância da participação no debate sobre a formulação das políticas públicas e a representatividade nos espaços de controle social. Compreende-se que ao capacitar a atuação dos conselheiros representantes da sociedade civil nos conselhos de direitos, contribuiremos para o desenvolvimento sustentável regional.

Palavras-Chave: Capacitação. Controle social. Participação. Conselhos gestores de políticas públicas.

3 JUSTIFICATIVA

Identificamos através de nossos estudos que é imprescindível reconhecer os avanços obtidos com a promulgação da Constituição Federal de 1988 na seguridade social brasileira e também na ampliação dos espaços de participação popular.

No contexto de luta pelo reconhecimento de direitos coletivos, a década de 1980 foi marcada por experiências político-sociais com o “surgimento de inúmeros movimentos sociais em todo o território nacional, abrangendo diversas temáticas e problemáticas [...]” (GOHN, 1995, p. 126). Além da luta pelas Diretas-Já¹, eclodiram no país reivindicações pela saúde, educação, moradia e diversas outras, contidas até então pela ditadura do Regime Militar brasileiro². Destaca-se nesse momento de abertura democrática do país as reivindicações e pressões exercitadas pelos movimentos sociais. No que concerne a temática das instâncias de controle social, o quadro de articulações e debates entre sociedade civil e Estado modificou-se significativamente com a criação, por exemplo, dos Conselhos gestores de políticas públicas. De acordo com Gohn (2006, p.7), “os conselhos gestores são novos instrumentos de expressão, representação e participação; em tese, eles são dotados de potencial de transformação política”.

¹O movimento popular de âmbito nacional pelas Diretas-Já iniciou em 1984 e protestava contra o Regime Militar brasileiro reivindicando o restabelecimento das eleições diretas para presidente.

²O Regime Militar no Brasil compreendeu o período de 1964 a 1985.

A possibilidade de acompanhar e deliberar sobre a formulação e gestão das políticas públicas por meio dos conselhos gestores de políticas públicas é certamente uma conquista importante. Todavia, “o processo de diálogo da sociedade civil com o Estado por meio desses novos canais de participação – os conselhos – enfrentou uma série de dificuldades (como a representação) e acabou com alguns espaços esvaziados” (SANTOS, 2013, p. 32-33).

Nessa perspectiva, fortalecer a representação da sociedade civil é imprescindível e acredita-se que a capacitação constante dos conselheiros é uma importante ferramenta para a representação efetiva e atuante nos espaços de controle social.

Silva (2002) sinaliza que o sentido da palavra controle assume diversas conotações dependendo da forma e do contexto que é utilizada. Argumenta que na Administração Pública o controle é imprescindível já que os recursos são públicos e não particulares. De acordo com o autor, a junção da palavra “controle” com o termo “social” remete a um controle de origem na sociedade, isto é, refere-se a possibilidade de atuação da sociedade civil por meio de vias de participação democrática no controle das ações do Estado e dos gestores públicos.

Trata-se da capacidade que a sociedade tem de intervir nas políticas públicas. [...] O controle social pode ser realizado tanto no momento da definição das políticas a serem implementadas, quanto no momento da fiscalização, do acompanhamento e da avaliação das condições de gestão, execução das ações e aplicação dos recursos financeiros destinados à implementação de uma política pública. O direito à participação popular na formulação das políticas públicas e no controle das ações do Estado está garantido na Constituição de 1988 e regulamentado em leis específicas [...]. (INSTITUTO PÓLIS, 2008, p.1)

É a partir desse entendimento de controle social como possibilidade de compartilhamento de poder de decisão sobre as políticas entre Estado e sociedade, que se vislumbra a capacitação de representantes da sociedade civil para atuação nos conselhos gestores de políticas públicas da cidade de São Lourenço do Oeste – SC como ferramenta para oportunizar a estes atores momentos de informação, reflexão, aperfeiçoamento e articulação para que possam tornar-se multiplicadores. Entende-se que isso é fundamental no delineamento do futuro do município: problematizar sob qual preceito as políticas estão sendo formuladas e executadas,

tendo em vista o conceito³ de desenvolvimento sustentável como equilíbrio entre o âmbito social, econômico e ambiental.

O município de São Lourenço do Oeste está localizado no noroeste do estado de Santa Catarina, conta com um território de 361,24 Km², possui três distritos⁴ na área rural e sete bairros⁵ no perímetro urbano. A população estimada pelo IBGE em 2018 é de 23.857 habitantes.

Dados do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil sinalizam que o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de São Lourenço do Oeste é de 0,749, em 2010, menor que o índice do Estado de Santa Catarina (0,774) e maior em comparação ao IDH do Brasil (0,727). Segundo esses dados, a dimensão que mais contribui para o IDH do município é Longevidade, com índice de 0,807, seguida de Renda, com índice de 0,748, e de Educação, com índice de 0,695. Tendo em vista esse cenário de potencial, é imprescindível pensar o desenho das políticas públicas no município e nessa perspectiva a atuação dos Conselhos de Direito é fundamental.

4 OBJETIVOS

4.1 Objetivo Geral:

Capacitar representantes da sociedade civil para atuação nos conselhos gestores de políticas públicas da cidade de São Lourenço do Oeste – SC.

³A origem do termo desenvolvimento sustentável é proveniente de discussões mundiais sobre as preocupações com o meio ambiente e com a melhoria da condição humana em virtude do contexto de problemas sociais e ambientais. Nesse cenário de debates destaca-se a Comissão de Brundtland que publicou um relatório conhecido como “Nosso Futuro Comum” após encontro na Noruega em 1987 promovido pelas Organizações das Nações Unidas (ONU), que conceituou desenvolvimento sustentável como equilíbrio que procura satisfazer as necessidades da geração atual sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazer suas próprias necessidades.

⁴Distrito de São Roque, composto pelas seguintes comunidades: Cabeceira do Rio Jordani, Linha Belvedere, Linha Bianchi, Linha Esperança, Linha Pieta, Linha Prata, Linha Santa Inês, Linha Santos Dumont, Linha São Joaquim, Ouro Verde, Planalto, Rio do Ouro, Sant’Ana da Bela Vista; Distrito de Frederico Wastner, com as seguintes comunidades: Lajeado Grande, Lajeado Raul, Linha Campinas, Linha Costa, Linha São Miguel, Rio Feliciano, Santa Clara, Santa Terezinha, São Caetano, São João, Taquari; e Distrito de Presidente Juscelino, constituído pelas comunidades: Alto da Serra, Bela Vista, Lajeado Antunes, Linha Alvorada, Linha Amizade, Linha Bender, Linha Bessegatto, Linha Filipini, Linha Gramadinho, Linha Jacutinga, Linha Limoeiro, Linha São Paulinho, Linha Sentinela, Linha Turvo Baixo, Nova Farroupilha, Novo Guaporé, Poço Redondo, Santo Antônio, São Roquinho, Três Voltas.

⁵Bairros: Brasília; Centro; Cruzeiro; Perpétuo Socorro; Progresso; Santa Catarina; São Francisco.

4.2 Objetivos Específicos:

4.2.1 Sensibilizar a população acerca da importância da participação nos espaços de controle social;

4.2.2 Fornecer e esclarecer informações que contribuam para atuação dos representantes da sociedade civil nos conselhos gestores de políticas públicas;

4.2.3 Contribuir com o fortalecimento de processos participativos;

4.2.4 Fomentar a representação democrática por meio da atuação da sociedade civil nos espaços de definição e avaliação das políticas públicas;

5 PUBLICO-ALVO

Representantes da sociedade civil nos conselhos gestores de políticas públicas da cidade de São Lourenço do Oeste – SC.

6 RESULTADOS ESPERADOS

Compreendendo-se como característica fundamental dos conselhos gestores de políticas públicas o seu poder de controle sobre as ações públicas, espera-se fomentar a participação popular nesses espaços e suscitar práticas associativas que efetivem a representatividade desses atores.

A participação é um tema intrínseco ao debate sobre espaços de controle social e é amplamente discutido quando se trata dos conselhos de direito. Ao abordar a dimensão do processo educativo da participação, Westphal (2010, p. 122 apud Souza, 1987, p.84) entende-o como

O processo que se expressa através da conscientização, organização e capacitação contínua e crescente da população ante a sua realidade social concreta. Como tal é um processo que se desenvolve a partir do confronto de interesses presentes a esta realidade cujo objetivo é a sua ampliação enquanto processo social.

Desta forma, a autora analisa que “a participação se efetiva a partir de um processo de tomada de consciência crítica de inserção social do sujeito; é processo de aprendizado e decisão acerca das possibilidades de agir e inferir no mundo em que vive, transformando-o” (WESTPHAL, 2010, p. 122).

Destarte, acredita-se que a participação aliada às práticas associativas e a representatividade podem contribuir significativamente no processo de discussão e definição de políticas públicas.

Lüchmann (2011) argumenta que a prática associativa possui como elementos definidores a autonomia, a identidade e a participação. A autora salienta que “[...] em associação, as pessoas desenvolvem sentidos e percepções da vida social que transcendem a dimensão de base individual e pessoal”. (LÜCHMANN, 2011, p. 125). É nesse sentido que se entende o papel de representação, qual seja, que possa coletivizar demandas e tencionar reivindicações com maior força.

7 ESTADO DA ARTE

Em seu trabalho sobre os sentidos e desafios da participação Lüchmann (2006, p. 23) aponta que a partir do processo de redemocratização do Brasil aposta-se em uma “[...] partilha de poder entre o Estado e a sociedade civil na formulação e decisão do interesse público”. A autora sinaliza que

É neste contexto que uma série de experiências de gestão de políticas públicas de caráter participativo vêm sendo implementadas no Brasil, principalmente no âmbito do governo local ou municipal, com destaque para os Conselhos Gestores de Políticas Públicas [...] (LÜCHMANN, 2006, P. 23).

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA (2017), por meio do relatório de pesquisa: representação da sociedade civil nos conselhos e comissões nacionais, corrobora com o entendimento de que a promulgação da Constituição Federal de 1988 modificou significativamente as formas de interação entre Estado e sociedade ao difundir instituições participativas. O trabalho sinaliza que a partir desse marco foram criados mais de trinta conselhos nacionais. A pesquisa aponta que durante o período aproximado de uma década, houve aumento de 14% no número de representação da sociedade civil organizada nos conselhos e comissões nacionais.

Quanto à área de atuação das entidades da sociedade civil representadas nos conselhos, observa-se que os temas de desenvolvimento e defesa de direitos (37%) e as associações patronais e profissionais e sindicatos (11%) são significativos em sua composição. Métodos baseados na escolha entre pares da representação da sociedade civil organizada no colegiado têm prevalecido, cujos procedimentos incluem eleição, reunião aberta e reunião

fechada. Os processos discricionários de escolha caracterizam-se por concentrar a tomada de decisão em um ator determinado, sendo a indicação o mecanismo corriqueiro. (IPEA, 2017, P. 29)

Em seu trabalho intitulado “Conselhos gestores e gestão pública” (2006), a professora Maria da Glória Gohn retoma inicialmente os antecedentes históricos dos conselhos como forma de gestão pública. Pondera que a forma *conselho* utilizada na gestão pública ou em coletivos organizados da sociedade civil é antiga na História. Observa que “[...] na modernidade, os conselhos irrompem em épocas de crises políticas e institucionais, conflitando com as organizações de caráter mais tradicionais” (GOHN, 2006, p.6).

Gohn (2006) descreve que na história do Brasil existiram experiências colegiadas “conselheiristas”, citando os conselhos comunitários (final dos anos 1970) e os conselhos populares (final dos anos 1970 e parte dos anos 1980), que precederam os conselhos gestores institucionalizados. Gohn atribui similaridade de temas e problemas entre os conselhos populares dos anos 1980 e os conselhos gestores dos anos 1990.

A autora resgata que na década de 1980 a discussão sobre os conselhos populares tinha como centralidade a questão da participação popular, definida na época “[...] como esforços organizados para aumentar o controle sobre os recursos e as instituições que controlam a vida em sociedade” (GOHN, 2006, p.7). A referida professora pondera que a partir dos anos 1990 os conselhos gestores surgem como novidade com o papel de “[...] ser instrumentos mediadores na relação sociedade/Estado e estão inscritos na Constituição de 1988 e em outras leis do País” Gohn (2006, p.7).

A participação passou a ser concebida como intervenção social periódica e planejada, ao longo de todo o circuito de formulação e implementação de uma política pública, porque as políticas públicas ganharam destaque e centralidade nas estratégias de desenvolvimento, transformação e mudança social. (GOHN, 2006, p. 7)

Ao tratar das novidades nos conselhos gestores, a autora destaca-os como instrumentos de expressão, representação e participação, como um novo padrão de relações entre Estado e sociedade, “[...] porque eles viabilizam a participação de segmentos sociais na formulação de políticas sociais e possibilitam à população o acesso aos espaços em que se tomam as decisões políticas” (GOHN, 2006, p.7). Entretanto a autora alerta que

Nos municípios sem tradição organizativo-associativa os conselhos têm sido apenas uma realidade jurídico-formal [...], não atendendo minimamente aos objetivos de serem mecanismos de controle e fiscalização dos negócios públicos” (GOHN, 2006, p.8).

A respeito do atual debate sobre os conselhos gestores, a autora indica que existem duas posições em relação ao papel central dos conselhos: a) o plano da consulta, que defende que a sua atuação se limite a auxiliar o Poder Legislativo; e b) a atuação como órgãos de fiscalização do Executivo. Aponta, portanto, que o papel dos conselhos incide na discussão sobre as estratégias de gestão pública de uma forma geral. Nesse sentido, observa que a operacionalização dessas novas instâncias democráticas não acontece de maneira plana em virtude da falta de uma cultura de participação da sociedade civil e também pela existência de concepções oportunistas que utilizam os conselhos como meras ferramentas para viabilizar objetivos predefinidos.

Mesmo com esse cenário de disputa e tensões, a autora afirma que os conselhos “[...] criam condições para que haja um sistema de vigilância sobre a gestão pública e levam a uma maior cobrança de prestação de contas sobre o Poder Executivo, principalmente no nível municipal” (GOHN, 2006, p.9). Em suas conclusões, indica que é preciso considerar questões importantes acerca da criação e implementação dos conselhos gestores e aponta necessidades e lacunas como:

- Ausência de uma definição mais precisa das competências e atribuições dos conselhos gestores e de sua relação com o Poder Legislativo;
- Elaboração de instrumentos jurídicos de apoio as deliberações dos conselhos;
- Definição mais precisa do que seja participação, entendida pela autora no caso dos conselhos gestores “[...] como o processo mediante o qual as diferentes camadas sociais de população têm acesso aos espaços de definir e avaliar as políticas públicas, especialmente as de caráter social”. (GOHN, 2006, p.10).
- Representatividade qualitativa dos diferentes segmentos sociais, pois argumenta que garantir apenas o percentual qualitativo em termos de paridade entre governo e sociedade civil não é suficiente;
- Acesso e decodificação das informações, alega que os representantes da sociedade precisam ter igualdade de condições para participar e para tanto faz-se necessário oportunizar a eles o conhecimento sobre o funcionamento das estruturas sociais;

- Necessidade de cursos de capacitação ético-políticos que considerem os conselheiros como sujeitos políticos e ter como referência um modelo cidadão de participação social.

É, portanto, de encontro a essas ponderações da autora que se vislumbra a proposta de capacitar representantes da sociedade civil para atuação nos conselhos de direitos da cidade de São Lourenço do Oeste – SC. Entende-se que essa intervenção em âmbito local pode potencializar macro discussões e, concomitantemente, instrumentalizar atores para interpretar a interferência de questões macro societárias no contexto do município.

8 METODOLOGIA

Acredita-se que a representação da sociedade civil nos espaços de controle social, especialmente nos conselhos de direitos são processos que não acontecem de maneira linear, são permeados por tensionamentos e constituídos por avanços e recuos – conforme já problematizado.

Entende-se que o conhecimento configura-se como um processo em construção, para além da mera transmissão. Nesse sentido, esta proposta de capacitação configura-se como um exercício de articulação do conhecimento acumulado, de suas aplicações no cotidiano e de novas (re) formulações. Espera-se com esse exercício suscitar uma atitude questionadora na compreensão da realidade, buscando transformá-la⁶. É nesta perspectiva metodológica que se pretende efetivar a presente proposta.

A partir da previsão legal e como prerrogativa para subsidio financeiro das políticas públicas, os municípios precisam instituir os conselhos por meio de lei específica. Eles são vinculados à respectiva secretaria municipal ou órgão equivalente, que deve prover a infraestrutura necessária ao funcionamento do conselho.

A partir de uma breve consulta ao site⁷ da Prefeitura Municipal de São Lourenço do Oeste é possível identificar a indicação da existência dos seguintes Conselhos na organização administrativa do município⁸:

⁶Para compreensão acerca do conceito de pedagogia problematizadora consultar as obras do autor Paulo Freire.

⁷www.saolourenco.sc.gov.br

	Conselho	Secretaria vinculada	Indicação
1	Conselho Municipal de Assistência Social	Secretaria Municipal de Assistência Social	Art. 92 Lei complementar nº 154/2013
2	Conselho Municipal do Idoso		
3	Conselho Municipal de Trabalho e Emprego		
4	Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente		
5	Conselho Municipal de Contribuintes	Secretaria Municipal de Administração e Fazenda	Art. 48 Lei complementar nº 154/2013
6	Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB	Secretaria Municipal de Educação	Art. 57 Lei complementar nº 154/2013
7	Conselho Municipal de Alimentação Escolar		
8	Conselho Municipal de Educação		
9	Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural	Secretaria Municipal de Agricultura	Art. 87 Lei complementar nº 154/2013
10	Conselho Municipal de Defesa do Meio-Ambiente		
11	Conselho da Cidade de São Lourenço do Oeste - CONCISLO	Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Urbano	Art. 72 Lei complementar nº 154/2013
12	Conselho Municipal do Transporte Coletivo		
13	Conselho Municipal de Trânsito		
14	Conselho Municipal de Saúde	Secretaria Municipal de Saúde	Art. 63 Lei complementar nº 154/2013
15	Conselho Municipal do Desenvolvimento Econômico	Secretaria Municipal de Trabalho, Renda e Desenvolvimento Econômico	Art. 98 Lei complementar nº 154/2013

Para identificação e sensibilização do público alvo deste projeto será necessária uma análise detalhada acerca da instituição ou não destes conselhos por meio de Lei específica e também se outros foram criados para além destas indicações. Isso será realizado a partir de contato com o representante de cada secretaria municipal para apresentação da proposta e identificação das informações sobre legislação, composição dos respectivos conselhos e datas de reuniões. Sistematização das informações coletadas: nome, representação, contatos e levantamento do perfil (escolaridade, bairro de residência). Posteriormente, comparativo entre quantidade de interessados e disponibilidade de vagas para inscrições no curso.

⁸Estas indicações estão previstas na Lei complementar nº 154, de 09 de setembro de 2013, que dispõe sobre a organização administrativa e define atribuições na estrutura dos cargos de provimento comissionado do Poder Executivo do Município de São Lourenço do Oeste e dá outras providências.

9 ORÇAMENTO DO PROJETO

9.1 PLANO DE GERENCIAMENTO ORÇAMENTÁRIO

Para execução deste projeto, as cotações e estimativas de preços/custos serão feitas por meio de levantamento em sites de buscas, consulta em tabelas de valores de referência e contato com fornecedores.

O acompanhamento do orçamento será realizado constantemente por meio planilha específica de controle de receita/despesa, com arquivo de todas as notas fiscais e análise mensal da gestão dos recursos do projeto.

9.2 ESTRUTURA ANALÍTICA DE PROJETO – EAP

EAP	FLUXO DE OPERACIONALIZAÇÃO DO PROJETO (Baseado no Escopo do Projeto)
1	Identificação e sensibilização do público alvo
2	Organização e oferta do curso de capacitação
3	Avaliação e finalização do projeto

9.3 ESTIMATIVA DE CUSTOS

EAP 1: Identificação e sensibilização do público alvo

Item	Descrição	Unidade	Quant.	Custo Unitário	Custo Aplicado
1	Identificação do público: contato telefônico com cada secretaria municipal para apresentação da proposta e identificação das informações sobre composição dos respectivos conselhos e datas de reuniões (ligações de fixo para fixo na mesma cidade)	Minuto	60	R\$ 0,10	R\$ 6,00
2	Divulgação do curso: participação em reuniões dos conselhos municipais para apresentação da proposta do curso aos representantes da sociedade civil e disponibilização do cadastro de interesse (impressão colorida em papel A4)	Folha	60	R\$ 0,10	R\$ 6,00
3	Divulgação do curso: contato telefônico para apresentação da proposta do curso aos representantes da sociedade civil nos conselho de direitos do município que eventualmente estavam ausentes nas reuniões e levantamento de interesse no curso (ligações de fixo para móvel com mesmo DDD)	Minuto	120	R\$ 0,39	R\$ 46,80
4	Sistematização das informações coletadas: nome, representação, contatos e levantamento do perfil (escolaridade, bairro de residência). Posteriormente, comparativo entre quantidade de interessados e disponibilidade de vagas para inscrições no curso.				

5	Contato telefônico com os conselheiros representantes da sociedade civil identificados anteriormente para formalizar inscrição e informar data de início (ligações de fixo para móvel com mesmo DDD)	Minuto	120	R\$ 0,39	R\$ 46,80
6	Contato telefônico com os inscritos para lembrar data do primeiro encontro do curso (ligações de fixo para móvel com mesmo DDD)	Minuto	30	R\$ 0,39	R\$ 11,70
7	Contato eletrônico com os inscritos para lembrar data do primeiro encontro do curso (e-mail)				
Total					R\$ 117,30

EAP 2: Organização e oferta do curso de capacitação

Item	Descrição	Unidade	Quant.	Custo Unitário	Custo Aplicado
1	Aparelho de telefone	Unidade	1	R\$ 60,00	R\$ 60,00
2	Notebook	Unidade	1	R\$2.000,00	R\$2.000,00
3	Projektor	Unidade	1	R\$2.000,00	R\$2.000,00
4	Plano de internet	Mês	6	R\$ 50,00	R\$ 300,00
5	Caneta esferográfica azul (caixa com 50 unidades)	Caixa	1	R\$ 30,00	R\$ 30,00
6	Caneta esferográfica preta (caixa com 50 unidades)	Caixa	1	R\$ 30,00	R\$ 30,00
7	Grampeador de mesa 26/6	Unidade	2	R\$ 22,00	R\$ 44,00
8	Grampo 26/6 (caixa com 5.000 unidades)	Caixa	2	R\$ 12,00	R\$ 24,00
9	Prancheta A4 acrílico com prendedor plástico (caixa com 12 unidades)	Caixa	3	R\$ 115,00	R\$ 45,00
10	Pasta em L A4 transparente (pacote com 100 unidades)	Pacote	1	R\$ 63,00	R\$ 63,00
11	Pen drive 3	Unidade	2	R\$ 30,00	R\$ 60,00
12	Papel A4 branco	Folha	500	R\$ 0,05	R\$ 25,00
13	Contato eletrônico com ministrantes de cada módulo do curso (ligações de fixo para móvel com mesmo DDD)	Minuto	50	R\$ 0,39	R\$ 19,50
14	Remuneração dos ministrantes	Hora	15	R\$ 100,00	R\$1.500,00
15	Remuneração do bolsista do projeto	Mês	6	R\$ 400,00	R\$2.400,00
16	Deslocamento dos ministrantes	Km	1000	R\$ 3,50	R\$3.500,00
17	Taxa de limpeza do local do curso	Dia	5	R\$ 70,00	R\$ 350,00
18	Taxa de locação do local do curso (despesas de energia elétrica, utilização do mobiliário)	Dia	5	R\$ 70,00	R\$ 350,00
19	Remuneração do coordenador do projeto	Mês	6	R\$ 800,00	R\$4.800,00
20	Crachá em papel (papel triplex 250g, 14,5x11cm, colorido somente de um lado, com suporte em cordão de polipropileno 2,5mm)	Folha	35	R\$ 1,60	R\$ 56,00
21	Salgadinhos (coffee break para 35 pessoas em cinco encontros)	Cento	14	R\$ 65,00	R\$ 910,00
22	Docinhos (coffee break para 35 pessoas em cinco encontros)	Cento	7	R\$ 75,00	R\$ 525,00

23	Café preto (coffee break para 35 pessoas em cinco encontros)	Litro	10	R\$ 7,50	R\$ 75,00
24	Café com leite (coffee break para 35 pessoas em cinco encontros)	Litro	10	R\$ 9,00	R\$ 90,00
25	Copo Biodegradável 180ml Papel Resistente Descartável (pacote com 200 unidades)	Pacote	1	R\$ 74,00	R\$ 74,00
26	Água Mineral Sem Gas 200ml	Copo	250	R\$ 0,75	R\$ 187,50
27	Guardanapos 20x21 folha simples (pacote com 100 unidades)	Pacote	3	R\$ 2,00	R\$ 6,00
28	Emissão dos certificados (Impressão colorida - toner)	Folha	30	R\$ 0,03	R\$ 0,90
29	Emissão dos certificados (Papel Vergê A4 180g/m² Branco)	Folha	30	R\$ 0,30	R\$ 9,00
30	Impressão de material de apoio do curso	Folha	300	R\$ 0,10	R\$ 30,00
Total					R\$14.882,90

EAP 3: Avaliação e finalização do projeto⁹

Item	Descrição
1	Sistematização das informações coletadas na avaliação de cada encontro do curso
2	Elaboração de relatório final do curso, com dados quanti e qualitativos acerca do perfil dos cursistas, conteúdo abordado e resultados alcançados, bem como fotos e materiais importantes.
3	Envio do relatório final aos cursistas e ministrantes
4	Elaboração da prestação de contas do projeto, detalhado por despesas e comprovantes anexos
5	Elaboração de artigo sobre o projeto e submissão em eventos relacionados à temática

9.4 ORÇAMENTO

EAP	DESCRIÇÃO	CUSTO TOTAL	% CUSTO APLICADO
1	Identificação e sensibilização do público alvo	R\$ 117,30	1%
2	Organização e oferta do curso de capacitação	R\$ 14.882,90	99%
3	Avaliação do projeto	R\$ -	0%
	TOTAL	R\$ 15.000,20	100%

⁹ Cumpre expor que a avaliação e finalização do projeto não demandam aplicação de recurso específico, uma vez que os recursos humanos e materiais necessários já foram contemplados nos itens descritos na EAP 2 – organização e oferta do curso de capacitação.

9.5 FONTE DE RECURSOS

ITEM	DESCRIÇÃO	RECURSOS	%
1	Recursos Próprios	R\$ 4.000,00	27%
2	Recursos de Terceiros	R\$ -	0%
3	Subvenções	R\$ 11.000,20	73%
4	Doações	R\$ -	0%
5	Outros	R\$ -	0%
	TOTAL	R\$ 15.000,20	100%

10 CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

ORD	EAP	CUSTO TOTAL	Abr. 2019	Mai. 2019	Jun. 2019	Jul. 2019	Ago. 2019	Set. 2019
1	Identificação e sensibilização do público alvo	R\$ 117,30	R\$ 117,30					
2	Organização e oferta do curso de capacitação	R\$ 14.882,90	R\$ 2.000,00	R\$ 2.000,00	R\$ 2.000,00	R\$ 3.441,45	R\$ 3.441,45	R\$ 2.000,00
3	Avaliação do projeto	R\$ -						

11 ENTIDADES/PARCEIROS ENVOLVIDOS

Para implantação do projeto, serão imprescindíveis articulações com a universidade situada no município, com a Prefeitura Municipal, Câmara de Vereadores, Ministério Público, Associação dos Municípios do Noroeste Catarinense – AMNOROESTE e com a Agência de Desenvolvimento Regional – ADR.

12 AVALIAÇÃO

A oferta deste projeto pressupõe um processo avaliativo contínuo para seu constante aprimoramento. Para tanto, vislumbra-se a possibilidade de utilizar instrumentos específicos para coleta e sistematização de dados visando a avaliação dos resultados, especificamente:

- Formulário de identificação das informações sobre cada conselho existente na cidade: legislação, secretaria vinculada, composição e sistemática de reuniões (data, horário e local);

- Formulário de cadastro de interesse no curso com informações sobre identificação, representação e contato dos representantes da sociedade civil nos conselhos.
- Relatório de identificação e sensibilização do público alvo: sistematização das informações coletadas – identificação dos conselhos (legislação, secretaria vinculada, composição e sistemática de reuniões) e identificação dos conselheiros representantes da sociedade civil (nome, representação, contatos e levantamento do perfil – escolaridade, bairro de residência).
- Formulário de inscrição no curso e termo de responsabilidade.
- Formulário de avaliação dos cursistas acerca de cada encontro do curso, com perguntas sobre avaliação do conteúdo, material utilizado, didática, compreensão, aplicação no cotidiano, sugestões e comentários.
- Formulário de avaliação dos ministrantes sobre cada encontro do curso, com perguntas sobre organização e sugestões e comentários.
- Registros fotográficos de cada encontro.
- Relatório de prestação de contas, com descrição das despesas e com comprovantes anexos.
- Relatório final do curso, com dados quanti e qualitativos acerca do perfil dos cursistas, conteúdo abordado e avaliação dos cursistas e ministrantes em cada encontro e registros fotográficos.

Pretende-se ainda observar os seguintes indicadores:

Objetivos Específicos	Atividades	Indicadores		Meios de Verificação
		Quantitativos	Qualitativos	
Sensibilizar a população acerca da importância da participação nos espaços de controle social;	<ul style="list-style-type: none"> - Contatos telefônicos com as secretarias municipais para apresentação da proposta; - Participação em reuniões dos conselhos municipais para apresentação da proposta do curso aos representantes da sociedade civil 	<ul style="list-style-type: none"> - 7 ligações; - 15 reuniões 	<ul style="list-style-type: none"> - Identificação das informações sobre composição dos respectivos conselhos e datas de reuniões; - Adesão a proposta do curso; 	<ul style="list-style-type: none"> - Sistematização das informações. - Ata das reuniões e inscrições
Fornecer e esclarecer informações que contribuam para	<ul style="list-style-type: none"> - Encontros sistemáticos do curso 	<ul style="list-style-type: none"> - 5 encontros 	<ul style="list-style-type: none"> - Capacitação dos representantes da sociedade civil para atuação nos 	<ul style="list-style-type: none"> - Formulário de avaliação de cada encontro e relatório final com

atuação dos representantes da sociedade civil nos conselhos de direitos			conselhos de direitos da cidade de São Lourenço do Oeste – SC	dados sistematizados
Contribuir com o fortalecimento de processos participativos	- Encontros dos representantes da sociedade civil.	- 5 encontros	- Qualificação da participação dos atores em espaços de controle social e incentivo a liderança comunitária.	- Indicações no formulário de avaliação de cada encontro
Fomentar a representação democrática por meio da atuação da sociedade civil nos espaços de definição e avaliação das políticas públicas;	- Encontros dos representantes da sociedade civil.	- 5 encontros	- Qualificação do processo representativo em espaços de controle social.	- Registros documentais dos encontros.

13 REFERÊNCIAS

ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL. Perfil - São Lourenço do Oeste/SC. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/sao-lourenco-do-oeste_sc>. Acesso em: 29 set. 2018.

CARDOSO, Ruth C. L. A trajetória dos Movimentos Sociais. In: DAGNINO, Evelina (org.). Os anos 90: política e sociedade no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 2004.

GOHN, Maria da Glória. Conselhos gestores e gestão pública. Ciências Sociais Unisinos, São Leopoldo, v. 42, n. 1, p.05-11, jan./abr. 2006. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/ciencias_sociais/article/view/6008>. Acesso em: 17 set. 2018.

GOHN, Maria da Glória. História dos movimentos e lutas sociais: a construção da cidadania dos brasileiros. 2ªed. São Paulo: Edições Loyola, 1995.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia Estatística. São Lourenço do Oeste/SC – Panorama. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/sao-lourenco-do-oeste/panorama>>. Acesso em: 26 set. 2018.

INSTITUTO PÓLIS. Boletins Repente: Controle social das Políticas Públicas. 2008. Autor(es): Ana Claudia Teixeira, Lizandra Serafim. Disponível em: <<http://polis.org.br/publicacoes/controle-social-das-politicas-publicas/>>. Acesso em: 26 set. 2018.

IPEA, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Relatório de pesquisa: representação da sociedade civil nos conselhos e comissões nacionais. 2017. Disponível em:

<http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/relatoriopesquisa/170531_relatorio_pesquisa_representacao_sociedade_civil_conselhos_comissoes_nacionais.pdf>. Acesso em: 26 set. 2018.

LÜCHMANN, Lígia Helena Hahn. Associativismo civil e representação democrática. In: SCHERER-WARREN, Ilse; LÜCHMANN, Lígia Helena Hahn (Org.). Movimentos sociais e participação: abordagens e experiências no Brasil e na América Latina. Florianópolis: Editora da UFSC, 2011. p. 115-140.

LÜCHMANN, Lígia Helena Hahn. Os sentidos e desafios da participação. Ciências Sociais Unisinos, São Leopoldo, v. 42, n. 1, p.19-26, jan./abr. 2006. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/ciencias_sociais/issue/view/17>. Acesso em: 03 out. 2018.

SANTOS, Sidiane dos. A LUTA PELO DIREITO À CIDADE EM FLORIANÓPOLIS: a trajetória do Fórum da Cidade. 2013. 174 f. TCC (Graduação) - Curso de Serviço Social, Centro Socio-econômico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.

SILVA, Francisco Carlos da Cruz. Controle social: reformando a administração para a sociedade. Organizações & Sociedade (O&S), Salvador, v. 9, n. 24, p.115-137, ago. 2002. Trimestral. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/revistaoes/article/view/10620>>. Acesso em: 02 out. 2018.

WESTPHAL, Vera Herweg. Reflexões sobre a organização interna em associações de Blumenau. In: ANDRADE, Edinara Terezinha de; SANTOS, Nelson A. Garcia (Org.). Associativismo civil e movimentos sociais em Blumenau: Histórias, organização e mecanismos de participação. Florianópolis: Insular, 2010. p. 119-136.